

# AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

## THE STATE UNIVERSITIES OF BAHIA AND LOCAL AND REGIONAL DEVELOPMENT

Antônio Macêdo Mota Júnior<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo aborda o tema da importância da educação superior para o desenvolvimento local e regional, no que diz respeito à inserção das Universidades Estaduais da Bahia (Ueba) nas regiões interioranas do Estado da Bahia. Esta pesquisa bibliográfica e documental tem o objetivo de contextualizar a origem e a importância das Ueba, bem como identificar a contribuição dessas universidades, considerando a oferta pública de educação superior no interior do território baiano, para o desenvolvimento local e regional. Os resultados demonstram que as Ueba podem ser consideradas grandes potencializadoras do desenvolvimento local e regional das localidades e adjacências onde se encontram inseridas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Superior; Universidade; Universidades Estaduais da Bahia; Desenvolvimento Local e Regional.

### ABSTRACT

This article deals with the importance of higher education for local and regional development, in relation to the insertion of the State Universities of Bahia (Ueba) in the interior regions of the State of Bahia. This bibliographical and documentary research aims to contextualize the origin and importance of the Ueba, as well as to identify the contribution of these universities, considering the public offer of higher education in the interior of the bahian territory, for local and regional development. The results show that the Ueba can be considered as great potential for local and regional development of the localities and environs where they are inserted.

**KEYWORDS:** Higher Education; University; State Universities of Bahia; Local and Regional Development.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação também pela UNEB. Atua como Analista Universitário da Área de Ciências Contábeis na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

## 1 INTRODUÇÃO

A instalação de uma universidade em determinado lugar faz esse tipo de instituição assumir uma posição de destaque nos processos de desenvolvimento local e regional, principalmente pela incorporação do contexto econômico, político, cultural e histórico do seu entorno (MIDDLEJ; FIALHO, 2005).

Desse modo, a universidade acaba por exercer uma pluralidade de funções articuladas com a utilização dos espaços regionais, que vão além da formação acadêmico-profissional, “[...] empreendendo processos de inovação tecnológica, de produção e difusão da ciência e cultura, ocupando lugar estratégico no desenvolvimento socioeconômico, qualificando os diferentes níveis de ensino do próprio sistema educacional [...]” (MIDDLEJ; FIALHO, 2005, p. 172).

Apesar disso, segundo Cunha (2010), a instalação de universidades no Brasil deu-se tardiamente (somente em 1920), mesmo com as atividades de ensino superior iniciadas desde o período colonial. Neste sentido, essas instituições enfrentaram grandes resistências e, somente a partir de 1940, rompem-se as barreiras e sua expansão ocorre de maneira mais inesperada (BARBOSA; COSTA; COSTA, 2013).

Atualmente, de acordo com dados do Censo da Educação Superior do ano de 2016 (INEP, 2017), o país contabiliza 2.407 instituições de ensino superior (Ies) e, destas, 296 são Ies públicas das redes: federal (107), estadual (123) e municipal (66). Dentre as Ies públicas, 108 são universidades, sendo 63 federais, 39 estaduais e 6 municipais. Neste sentido, dentre as universidades estaduais brasileiras, 4 instituições são mantidas pelo governo do estado da Bahia, formando o seu Sistema Estadual de Educação Superior.

Esse sistema estadual é composto pelas seguintes instituições: a Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), criada em 1970; a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), criada em 1980; a Universidade do Estado da Bahia (Uneb), criada em 1983; e a Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), criada somente em 1991 (BOAVENTURA, 2009).

De acordo com Boaventura (2009), a criação das Universidades Estaduais da Bahia (Ueba) teve como objetivo a iniciativa estratégica governamental de interiorizar a educação superior no estado. Desse modo, essas instituições caracterizam-se por possibilitar “[...] a formação de profissionais do ensino e a qualificação de recursos para os setores produtivos,

cooperando para o desenvolvimento socioeconômico e cultural das regiões interioranas” (BOAVENTURA, 2009, p. 21).

Nesse aspecto, de acordo com Fialho (2011), as Ueba tiveram um significativo crescimento, no entanto, atuaram isoladas (até o ano de 2002) no interior do estado da Bahia sem a participação de Ies federais<sup>2</sup>. Portanto, essas universidades têm uma importante missão para o desenvolvimento local e regional, historicamente, por terem ampliado o acesso à educação superior pública no interior baiano, principalmente por suprirem durante anos a ausência da oferta federal.

Sendo assim, a presente pesquisa propõe-se a contextualizar a origem e a importância das Ueba, identificando a contribuição dessa oferta pública de educação superior para o desenvolvimento local e regional no interior do estado da Bahia.

## 2 METODOLOGIA

Esta seção apresenta a metodologia utilizada para atingir os objetivos deste estudo. Para tanto, apropria-se da pesquisa bibliográfica e documental, que, de acordo com Lakatos e Markoni (2010, p. 142), referem-se a “[...] um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”.

Ademais, cabe destacar que o termo documental significa que a fonte de informações já é existente. Logo, essa fonte de informação significa agregar dados e informações de documentos, com o intuito de descrevê-los e/ou transcrevê-los, realizando uma ordenação inicial de informações para seleção daquelas mais pertinentes (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Desse modo, para uma adequada investigação, foram utilizados textos de alguns dos principais autores da área analisada, bem como relevantes pesquisas que abordaram o tema em questão. Além disso, fez-se necessária utilização de documentos, como fonte de dados, a exemplo de informações presentes no Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

---

<sup>2</sup> A atuação da Universidade Federal da Bahia (Ufba) limitava-se à capital e, de forma isolada, com o curso de Agronomia em Cruz das Almas (BA). A partir dos anos 2002 e 2005, com a implantação da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) e da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Ufrb), respectivamente, a União passou a atuar, efetivamente, no interior baiano.

### 3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta uma discussão acerca do surgimento e da importância das Ueba, em um contexto educacional de oferta pública de educação superior nas regiões interioranas no Estado da Bahia, além de sua contribuição para o desenvolvimento local e regional.

#### 3.1 CONTEXTO DE CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA

No Brasil, diversas são as iniciativas de Estados e Municípios com a criação de universidades. Essas iniciativas ocorreram em função do atraso na oferta federal de ensino superior, principalmente nas regiões interioranas do país. Dessa forma, essas instituições revelam-se de fundamental importância para o desenvolvimento da educação superior brasileira.

De acordo com Schwartzman (2002), dentre as Ies estaduais destacam-se as universidades estaduais paulistas, como o maior e o de melhor qualidade sistema de educação superior nacional. Esse sistema constitui-se por três grandes instituições: a Universidade de São Paulo (Usp), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).

A relevância social dessas Ies estaduais e municipais pode ser destacada não somente pelo percentual, em torno, de 64% (INEP, 2017) de participação na oferta pública de educação superior, mas, especialmente, pela interiorização dessa oferta. Segundo a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem)<sup>3</sup>, “[...] a grande maioria dessas instituições encontra-se sediada em municípios-polo de desenvolvimento e estende suas ações a toda a região circunvizinha [...]”. Ainda para essa entidade, as Ies estaduais e municipais têm um importante papel para a “[...] interiorização do conhecimento, em praticamente todo o território nacional” (ABRUEM, 2013, p. 10-11).

Nesse sentido, as Ueba – também integrantes da Abruem – têm sua relevância, numa dimensão social do cenário nacional, por terem atuado isoladas no interior do território

---

<sup>3</sup>A Abruem é uma associação fundada em outubro de 1991, que congrega 45 universidades públicas estaduais e municipais de 22 estados brasileiros (ABRUEM, 2017).

baiano, sem a participação do governo federal, desde o seu surgimento até o início do século XXI, garantindo à manutenção e ampliação da oferta pública de educação superior e a formação de profissionais do ensino básico na Bahia (FIALHO, 2011).

Diante disso, Fialho (2011, p. 87) considera como um “exemplo antológico”, essa ausência histórica do governo federal no interior do território baiano em relação à oferta pública de educação superior. Para essa autora “[...] foram cerca de 60 anos com uma única universidade federal (de 1946, com a Ufba, a 2002 e 2005, com a criação da Univasf e Ufrb, respectivamente)” (FIALHO, 2011, p. 87).

Cabe destacar que a criação das Ueba correspondeu ao mesmo contexto nacional. Segundo Boaventura (2009, p. 57), a criação dessas universidades efetivou-se “[...] pelo critério tradicional de reunião de faculdades isoladas”, com exceção da Uefs. Essa universidade surgiu em 1970, inicialmente, sob a forma de fundação (Fundação Universidade de Feira de Santana – Fufs), estruturada em departamentos e absorvendo a Faculdade Estadual de Educação de Feira de Santana, já existente no município desde 1968 (BOAVENTURA, 2009).

Acerca da origem da Uefs, essa instituição surgiu “[...] como resultado de uma estratégia governamental com o objetivo de interiorizar a educação superior, até então, circunscrita à capital, Salvador”. A Uefs encontra-se inserida no território Portal do Sertão e teve seu reconhecimento pela Portaria Ministerial nº 874, de 19 de dezembro de 1986, com base no Parecer do Conselho Federal de Educação nº 660/1986 (UEFS, 2013, p. 16).

Desse modo, as justificativas para criação da Uefs estão estritamente ligadas à cidade de Feira de Santana, pois esta “[...] era, como ainda é, o segundo polo de desenvolvimento do Estado; um dos maiores centros rodoviários do Nordeste do Brasil; o maior centro comercial e industrial do interior do Estado”. Essa cidade ainda tem “[...] como área de influência 94 municípios, situados no vale do rio Paraguaçu com destaque para o seu afluente, o rio Jacuípe” (BOAVENTURA, 2009, p. 60).

Conforme Santos (2008; 2011), o município de Feira de Santana, desde a década de 1950, já era o mais populoso do interior baiano, apresentando uma taxa de crescimento de mais de 9% em relação a sua expansão populacional. Essa expansão era facilitada em função da posição geográfica da cidade, assumindo-se como o principal anel rodoviário do estado, que interliga a capital com a maioria dos municípios do interior baiano e diversas regiões do Brasil.

Nesse contexto, a Uefs foi criada pela Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e pela Lei Estadual nº 2.784, de 24 de janeiro de 1970, que autorizou o poder executivo a criar e manter a Fufs. Em 1975, foi encaminhado pedido de autorização de funcionamento da Uefs ao Conselho Estadual de Educação e, posteriormente, ao Conselho Federal de Educação, que o aprova em 26 de janeiro de 1976. A partir da autorização, a universidade foi instalada em 31 de maio de 1976 (SANTOS, 2008; 2011).

No caso da Uesb, esta instituição surgiu a partir da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista, criada pelo Decreto Federal nº 21.363, de 30 de julho de 1969, e pela Faculdade de Formação de Professores de Jequié, criada pela Lei nº 2.852 de 09 de novembro de 1970. Com a criação da Fundação Educacional do Sudoeste, instituída pelo Decreto nº 27.450, de 12 de agosto de 1980, foi iniciado o processo de implantação da Uesb, incorporando-se ao patrimônio os bens e direitos pertencentes às Faculdades existentes em Vitória da Conquista e Jequié (MIRANDA, 2013).

A Uesb é uma universidade *multicampi*, localizada na Região Sudoeste da Bahia (compreende 39 municípios e uma área que corresponde a 7,5% do território baiano), com unidades em três municípios: Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga. A instituição foi criada pela Lei Delegada nº 12, de 30 de dezembro de 1980 e autorizada pelo Decreto Federal nº 94.250, de 22 de abril de 1987 (MIRANDA, 2013).

Já a Uneb teve como núcleo embrionário o Centro de Educação Técnica da Bahia (Ceteba), transformado em Fundação em 10 de abril de 1974. Essa Fundação funcionou até a publicação da Lei Delegada nº 12, de 03 de dezembro de 1980, que extinguiu o Ceteba, criando a Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia (Seseb). Essa Superintendência passou a congrega e integrar as unidades do Seseb: o Ceteba; a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco; as Faculdades de Formação de Professores de Alagoinhas, de Jacobina e de Santo Antônio de Jesus; e as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité e de Juazeiro (MIRANDA, 2013).

Em junho de 1983, por meio da Lei Delegada nº 66, de 1 de junho de 1983, a Seseb foi extinta, criando-se a Uneb, composta pelas unidades vinculadas àquela autarquia, além de outras duas Faculdades: as Faculdades de Educação de Salvador e de Senhor do Bonfim (MIRANDA, 2013).

O funcionamento da Uneb foi autorizado pelo Decreto Presidencial nº 92.937, de 17 de julho de 1986, caracterizando essa instituição de ensino superior como uma autarquia de “[...] regime especial e em sistema *multicampi* de funcionamento, vinculada a então Secretaria



A Figura 1 apresenta a distribuição geográfica das Ueba, destacando a interiorização dessas universidades por grande parte do território baiano, principalmente pela capilaridade de umas de suas universidades *multicampi*, a Uneb.

Conforme Fialho (2012), as Ueba destacam-se pelo seu papel estratégico para o desenvolvimento local e regional no estado da Bahia, pois essas universidades encontram-se presentes em diversos municípios do interior baiano e configuram-se como referência no estado e nacionalmente (FIALHO, 2012).

Para reforçar a relevância das Ueba, o texto da Lei nº 13.466 de 22 de dezembro de 2015, que revogou a antiga Lei nº 7.176 de 10 de setembro de 1997, define a finalidade dessas instituições, frisando a importância para o desenvolvimento humano, socioeconômico e regional da Bahia. Assim, descreve no *caput* do artigo 3º:

As Universidades Estaduais da Bahia têm por finalidade desenvolver a Educação Superior de forma harmônica e planejada, promovendo a formação humana e aperfeiçoamento acadêmico, científico, tecnológico, artístico e cultural, o ensino, a pesquisa e extensão, de modo indissociável, voltada para as questões do desenvolvimento humano e socioeconômico, em consonância com as peculiaridades regionais. (BAHIA, 2015, art. 3º, *caput*).

Por outro lado, atualmente, as Ueba têm vivenciado dificuldades financeiras, que comprometem sua expansão e reestruturação, principalmente em momentos de restrições fiscais do Estado. De acordo com Barbosa (2013, p. 91), essas universidades por terem “[...] um regime de financiamento parametrizado por variáveis macroeconômicas [...]”, toda vez que o governo baiano enfrenta dificuldades com a redução na arrecadação de impostos, os investimentos a serem aplicados na educação superior pública ficam demasiadamente comprometidos.

Desse modo, essas restrições orçamentárias poderão afetar a gestão dessas universidades, causando certa precarização das atividades, inviabilizando a consecução de seus objetivos institucionais (MOTA JÚNIOR, 2017). Por certo, essas dificuldades poderão criar entraves para o desenvolvimento local e regional nas áreas de influência dessas instituições.

### 3.2 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

Pode-se entender desenvolvimento local como um processo de desenvolvimento socioeconômico e de quebra de paradigmas de cultura social, a partir de uma população local



com necessidades e anseios, buscando melhorias na qualidade de vida com a utilização de seus ativos e potencialidades (PENA JÚNIOR; GRACIANO; VÁLERY, 2005).

Atualmente, a ideia de desenvolvimento local baseia-se “[...] no pressuposto de que as localidades dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escalas não exploradas [...]”, constituindo-se em seu potencial de desenvolvimento (ZAPATA, 2004 apud PENA JÚNIOR; GRACIANO; VÁLERY, 2005, p. 4134).

De acordo com Franco (1999), Azeredo (2004), Inojosa (2004) e Prates (2004) apud Pena Júnior, Graciano e Válerly (2005, p. 4134-4135), as políticas de desenvolvimento local podem ser entendidas por três óticas: a centralizadora, quando o Estado elabora a política sem consulta à comunidade ou articulação com iniciativa privada e Terceiro Setor; a liberal, quando o Estado deixa as empresas alocarem os recursos convenientemente; e a localizada ou regionalizada, quando existe uma articulação local e iniciativa da comunidade interessada.

Nesse contexto, para Dowbor (2007), a educação voltada para o desenvolvimento local vincula-se à necessidade de formação do cidadão, com a capacidade de participar ativamente de iniciativas transformadoras, e à compreensão de que este pode assumir o seu destino, a partir de uma dinâmica social local e facilitadora desse processo. Portanto, segundo Dowbor (2007), os processos formativos devem ser capazes de transmitir os conhecimentos necessários para que os cidadãos transformem a sua realidade sem sair de sua região de origem.

Desse modo, tem sido cada vez mais crescente na sociedade o peso de iniciativas locais transformadoras. Neste sentido, da educação não se espera somente a transmissão de conhecimentos gerais, mas também o entendimento de que esses conhecimentos devam se materializar em possibilidades de transformação local (DOWBOR, 2007).

Portanto, o objetivo da educação não deve ser o de desenvolver conceitos tradicionais, mas permitir aos estudantes que estes tenham acesso a dados contextuais de suas vidas, como o dinheiro público e os diversos potenciais de desenvolvimento, passando a conhecer os problemas comuns e as alternativas. Assim, pode ser considerada como uma questão de transparência social, transformando a educação em emancipadora, assegurando aos jovens as ferramentas de intervenção sobre a sua realidade (DOWBOR, 2007).

Nos últimos anos, cresceu bastante a importância dos estudos sobre o tema desenvolvimento local, com diversas iniciativas do Banco Mundial, das Nações Unidas e de pesquisadores universitários, além de experiências desenvolvidas pela Fundação Getúlio

Vargas, Fundação Prefeito Faria Lima (Cepam) e Fundação Banco do Brasil (DOWBOR, 2007).

Segundo Dowbor (2007), essa educação emancipadora, que insere a compreensão da realidade local, terá de organizar parcerias com os diversos atores sociais, que constroem a dinâmica local por meio de articulações e apoio, como o sistema educacional local, as universidades locais ou regionais, as organizações não governamentais e comunitárias; além de setores de atividades públicas, como o Sistema S (Sebrae, Senac e Sesi).

Já para Pena Júnior, Graciano e Válery (2005, p. 4137), a universidade pode agir como intermediária nesse processo de desenvolvimento local, “[...] visto que tem condições intelectuais e tecnológicas de reunir em torno de si tanto instituições sociais, quanto instituições provadas, além do próprio poder público”. Dessa forma, a atuação da universidade será mais concreta quando estiver direcionada para a formação de instituições sociais integrantes desse processo proativo.

Nessa perspectiva, Oliveira Jr. (2014, p. 1338) aborda a importância estratégica das universidades para o desenvolvimento local e regional, quando afirma:

As universidades são multi-escalares, pois possibilitam aos lugares se conectarem com o mundo ao mesmo tempo em que se enraízam localmente e regionalmente e se conectam globalmente, com significativos efeitos nos circuitos de produção e consumo da economia que repercutem de forma multiplicadora nas estruturas espaciais, sobretudo das cidades nas quais estão localizadas. A curto e médio prazo expressam claramente o aporte de recursos do Governo Federal, que contribuí para o surgimento de várias outras atividades; e a médio e a longo prazo, as universidades contribuem com a qualificação de mão-de-obra, promovendo o desenvolvimento e a oferta de serviços qualificados, que seriam difíceis de dinamizar a nível local sem o ensino superior. Deste modo, as universidades, como instituições de ensino, pesquisa, extensão e promoção social, assumem importância estratégica no processo de desenvolvimento.

No entanto, faz-se necessário que a universidade passe de uma instituição isolada em seus projetos acadêmicos e de pesquisa, para uma instituição interativa e vinculada com as questões socioeconômicas da região onde está inserida, fundamentalmente “[...] através da criação de dispositivos que facilitem a relação e a cooperação entre a universidade, o meio empresarial e a sociedade” (GOEBEL; MIURA, 2004, p. 40).

Por outro lado, Drumond (2001) destaca a experiência do chamado “crescimento endógeno”, que se baseia na presença de uma universidade como formadora de recursos humanos e produtora de conhecimento. Sendo assim, o investimento prioritário na educação, em todos os seus níveis, aliado a uma maior qualificação profissional e atração de

investimentos produtivos geram, por consequência, uma melhor qualidade de vida e produção de riquezas (DRUMOND, 2001).

Goebel e Miura (2004, p. 36) também destacam o importante papel realizado pela universidade, como agente “[...] dinamizador das economias locais e regionais onde as mesmas estão instaladas, principalmente no seu entorno, através da geração de emprego e renda, colaborando significativamente no crescimento e desenvolvimento das cidades”.

Nesse mesmo aspecto, Schneider (2002) aborda que a universidade representa um importante atrativo para o estabelecimento de novos investimentos em um município, principalmente porque são aplicados grandes recursos nessa instituição, como também, por meio dos salários de docente e de técnicos ou dos gastos de seus discentes, são investidos recursos na economia local, assim, agindo como multiplicador e desencadeador de efeitos econômicos no município.

De acordo com Mathis (2001), as universidades por possuírem uma função humanista e transformadora, podem assumir o papel de promotoras do processo de desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, por ser uma instituição com característica atemporal, torna-se capaz de fazer e, simultaneamente, aprender com erros e sucessos adquiridos.

Assim, a universidade difere-se de todas as outras organizações políticas, pois seu horizonte de tempo não é definido por eleições, bem como das organizações da sociedade civil, em que sua existência sempre dependa de um problema social e dos recursos necessários resolver esse problema. Portanto, essa instituição pode funcionar como catalisador de esforços para o desenvolvimento de uma região (MATHIS, 2001).

Portanto, para que esse desenvolvimento seja “mais justo e solidário”, caberá à universidade desenvolver ações pedagógicas, por meio da formação de agentes de desenvolvimento promotores de mudanças estruturais, apoiando a gestão social como uma dimensão relevantemente necessária à construção de sociedades sustentáveis (MUTIM, 2007, p. 118).

### **3.3 AS UEBA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL**

A importância das Ueba para o desenvolvimento econômico do Estado da Bahia pode ser destacada a partir da pesquisa de Barbosa (2013, p. 25), quando este autor afirma que “[...] já é possível encontrar em várias regiões do Estado especialidades profissionais que antes só se encontrava em Salvador”.

O estudo de Barbosa (2013) aborda o tema da importância da universidade no desenvolvimento local, por meio de uma pesquisa exploratória com abordagem quantitativa, com o intuito de “[...] confirmar a hipótese de que a disposição de recursos orçamentários nessas universidades propicia externalidades econômicas que favorecem o desenvolvimento nos espaços onde seus campi estão instalados” (BARBOSA, 2013, p. 32).

Nesse sentido, Barbosa (2013) necessitava encontrar uma forma de estabelecer comparações espaciais e atemporais, capazes de diferenciar, com nível razoável de segurança, os espaços baianos assistidos pela oferta pública de educação superior daqueles desassistidos, bem como averiguar os reais impactos da presença das Ueba no potencial de desenvolvimento. Em função disso, foi necessário elaborar um indicador capaz de sintetizar as diversas dimensões do desenvolvimento local, possível de ser calculado para cada um dos 417 municípios do estado da Bahia (BARBOSA, 2013).

Esse indicador foi denominado de “Índice de Potencial de Desenvolvimento”, sendo uma medida que permitia a avaliação do nível de desenvolvimento desses municípios e a relação com as categorias/fatores do desenvolvimento, a saber: forças produtivas; oferta pública de ensino superior; condições de sobrevivência da população; e dinâmica do mercado de trabalho para indivíduos com formação superior (BARBOSA, 2013, p. 76).

Um dos principais resultados destacados por Barbosa (2013, p. 25), refere-se à afirmação de que, com a oferta de educação superior por parte das Ueba no interior do Estado, alterou-se “[...] a configuração da divisão territorial do trabalho e contribuiu com o novo padrão de acumulação capitalista, dispersando a atividade econômica no território”.

Logo, conforme Barbosa (2013), a favor das Ueba pesa o fato das mesmas terem sido as responsáveis pela dispersão da oferta de ensino superior no Estado da Bahia. Para esse autor, essas universidades “[...] apoiadas pela forma de assentamento espacial, a multicampia, marcaram presença em municípios pobres que, pela lógica empresarial, não são atraentes para os negócios educacionais” (BARBOSA, 2013, p. 110).

Acerca do aspecto estritamente econômico, Barbosa (2013, p. 112) afirma, também, “[...] que existem evidências estatísticas de que a presença de uma instituição de ensino superior estadual exerce impacto sobre o potencial de desenvolvimento local”. Com efeito, foi observado nessa pesquisa que existe “[...] uma forte associação entre a presença dessas instituições e elevado potencial de desenvolvimento” (BARBOSA, 2013, p. 112).

Nesse contexto, “[...] a Uefs tem se destacado na conjuntura regional de Feira de Santana, portal do semiárido baiano, por seu pioneirismo e função na interiorização do acesso

à educação superior, sobretudo quanto à formação de pessoal [...]”, contribuindo para a redução de desigualdades sociais e econômicas (OLIVEIRA, 2014, p. 263).

Ainda sobre a Uefs, de acordo com Oliveira (2014, p. 263), “[...] a presença da universidade estadual tem servido ainda a Feira de Santana como fator catalisador para a implantação de outras instituições de ensino superior [...]”, principalmente do setor privado. Além disso, mais recentemente, em 2013, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Ufrb) instalou um *campus* nesse município, transformando-o “[...] em um dos maiores polos baianos de educação superior” (OLIVEIRA, 2014, p. 263).

Já conforme a pesquisa de Carvalho (2008), com o intuito de analisar o papel da Uefs enquanto agente de desenvolvimento local, foi analisada a realização do Programa de Formação de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental nos Municípios de Amélia Rodrigues (BA) e Santo Estêvão (BA), no período de 2003 a 2007. Com essa pesquisa foi possível identificar a relevante relação entre a educação e o desenvolvimento nos municípios.

Segundo Carvalho (2008, p. 197), a presença da Uefs nesses municípios contribuiu “[...] para a cidadania e melhoria da qualidade de vida, especialmente dos graduados pelo Programa, na medida em que a Uefs buscou cumprir uma política de Educação Superior compatível aos anseios e desafios da comunidade [...]”.

Desse modo, para Carvalho (2008, p. 197), “[...] foi possível identificar que, a partir da qualificação de recursos humanos, a educação, dentro dos indicadores estabelecidos, pode ser um instrumento de transformação social”. Logo, em função de suas análises, Carvalho (2008, p. 197) afirma que “[...] houve intercessão das práticas dos egressos como força endógena impulsionadora do processo de desenvolvimento local, dentro dos limites das variáveis da ‘realidade’ avaliada [...]”.

Já a pesquisa de Lopes (2001, p. 137) aborda que a sociedade, por conta da presença de uma universidade pública estadual, “[...] é duplamente recompensada pelos impostos que paga”. Em primeiro lugar, por meio da formação profissional, das atividades culturais e do desenvolvimento científico e tecnológico, com o devido incremento dos recursos humanos locais. Em segundo lugar, pela universidade pública fazer retornar à economia do município onde está inserida a parcela dos recursos subtraídos pela arrecadação de impostos do Governo do Estado, ou seja, a renda é reinvestida na economia local por meio dos gastos relacionados ao funcionamento dessa instituição (LOPES, 2001).

Nesse caso, a pesquisa de Lopes (2001), que trata da contribuição do funcionamento da Uesb para dinamização da economia do município de Vitória da Conquista (BA), destacou que o fortalecimento dessa instituição contribui tanto para o desenvolvimento sociocultural, como também para o crescimento econômico da cidade e toda região Sudoeste da Bahia.

De outro modo, o estudo de Barbosa (2016) analisou de que modo a Uneb, como instância formativa, vem contribuindo com a formação de professores licenciados da educação básica (instância laboral) para o desenvolvimento dos meios locais.

Desse modo, a pesquisa de Barbosa (2016) destacou que a presença de uma universidade estadual *multicampi*, como é o caso da Uneb, que por sua capilaridade no interior baiano, bem como pela dispersão territorial de seus egressos licenciados, contribui, sobremaneira, para a formação e qualificação profissionais dos sistemas locais de ensino. Para Barbosa (2016, p. 104), “[...] na medida em que seus egressos licenciados estão predominantemente ocupando funções docentes na etapa de ensino fundamental em instituições educacionais [...]”.

No âmbito local, a pesquisa de Santos (2013) apresenta uma investigação sobre a função da Uesc, como agente de desenvolvimento no bairro do Salobrinho – Ilhéus (BA), localidade onde se encontra instalada essa instituição; além de sua contribuição como fomentadora socioeconômica da região.

Nesse sentido, Santos (2013, p. 158) destaca, em relação ao desenvolvimento local do bairro do Salobrinho, que apesar da dependência da atuação do poder local, constatou-se que a presença da Uesc é “[...] um diferencial que pode contribuir com a melhora da situação do bairro, pois ela pode agir como colaboradora através de suas funções específicas de universidade”. Logo, a presença dessa universidade, de grande porte, no contexto do bairro “[...] contribui para que haja uma melhor atenção à localidade, que incondicionalmente acaba participando das transformações ocasionadas por essa presença” (SANTOS, 2013, p. 158).

Em suma, diante do exposto, as Ueba podem ser consideradas grandes potencializadoras do desenvolvimento local e regional, principalmente como formadoras de capital humano, reprodutoras de conhecimentos e pela melhoria da qualidade de vida das localidades e adjacências onde se encontram inseridas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo bibliográfico e documental teve como objetivo contextualizar a origem e a importância das Ueba, abordando a contribuição dessa oferta pública de educação superior no interior baiano para o desenvolvimento local e regional.

O artigo apresentou alguns conceitos e definições sobre desenvolvimento local e regional, além da relevante contribuição da educação, principalmente a educação superior e, em especial, o papel e a contribuição das universidades para esse aspecto do desenvolvimento socioeconômico.

Como contribuição, este estudo buscou demonstrar o papel estratégico da criação das Ueba, principalmente para a interiorização da educação superior pública, no que diz respeito à oferta de ensino superior e desenvolvimento local e regional no interior do território baiano.

Por outro lado, o artigo faz um alerta em relação ao cenário atual de precarização das atividades enfrentado por essas instituições, que pode acabar por inviabilizar uma gestão universitária voltada para esse processo de desenvolvimento local e regional.

Dessa forma, foram apresentadas importantes considerações para facilitar a compreensão do papel dessas instituições para o desenvolvimento local e regional, bem como para o contexto socioeconômico do estado da Bahia.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS E MUNICIPAIS – ABRUEM. **Proposta de participação do governo federal no financiamento das universidades estaduais e municipais**. Brasília: ABRUEM, 2013. 19p.

\_\_\_\_\_. **Quem somos**. Brasília: ABRUEM, 2017. Disponível em: <<http://www.abruem.org.br/>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

BAHIA. Lei nº 13.466, de 22 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a organização e funcionamento das Universidades Estaduais da Bahia, revoga a Lei nº 7.176, de 10 de setembro de 1997, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**. Salvador, 23 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.uneb.br/files/2016/01/DOE23122015leisrevogcao71716.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

BARBOSA, C. **Financiamento público das universidades estaduais baianas: restrições orçamentárias, expansão universitária e desenvolvimento local**. 2013. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação Educação e Contemporaneidade, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013. 165p.

BARBOSA, E. R. O. **A presença da universidade do estado da Bahia nos meios locais: o perfil e a inserção profissional dos seus egressos licenciados**. 2016. Tese (Doutorado).

Programa de Pós-Graduação Educação e Contemporaneidade, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016. 211f.

BARBOSA, F. V.; COSTA, A. M.; COSTA, D. M. Financiamento público e expansão da educação superior federal no Brasil: o Reuni e as Perspectivas para o Reuni 2. **Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 106-127, jan. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/download/1983-4535.2013v6n1p106/23989>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

BOAVENTURA, E. M. **A construção da universidade baiana**: origens, missões e afrodescendência. Salvador: Edufba, 2009. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/4r/pdf/boaventura-9788523206307.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

CARVALHO, C. C. S. **Universidade como agente de desenvolvimento local**: um estudo do papel da Universidade Estadual de Feira de Santana nos municípios de Amélia Rodrigues e Santo Estêvão de 2003 a 2007. 2008. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional, Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2008. 301f. Disponível em: <[http://uneb.br/pgdr/files/2010/03/diseertacao\\_celia\\_christina.pdf](http://uneb.br/pgdr/files/2010/03/diseertacao_celia_christina.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2017.

COSTA, P. L. S.; MIRANDA, M. R. F. A. Educação superior e desenvolvimento no estado da Bahia: um estudo sobre as universidades estaduais baianas. In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1., 2011, Salvador. **Anais...** Salvador: IPEA, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo22.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Greive Cynthia (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 152-204.

DRUMOND, J. G. F. **O ensino superior e o desenvolvimento regional**. Montes Claros: UNIMONTES, 2001. Disponível em: <<http://www.unimontes.br/unimont/ensino.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

DOWBOR, L. Educação e desenvolvimento local. **Revista de Administração Municipal – IBAM**, ano 52, n. 261, p. 15-30, jan./fev./mar., 2007. Disponível em: <[http://lam.ibam.org.br/predownload.asp?area=4&arq=04\\_educac261.pdf](http://lam.ibam.org.br/predownload.asp?area=4&arq=04_educac261.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2017.

FIALHO, N. H. **Educação superior no Brasil**: universidades estaduais à deriva? Salvador: GESTEC/Uneb, 30 out. 2011. Disponível em: <<http://www.uneb.br/gestec/files/2011/10/Artigo-Educação-Superior-no-Brasil-universidades-estaduais-à-deriva-30out201115.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Universidades estaduais no Brasil: pauta para a construção de um sistema nacional articulado de educação. **Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 21, n. 38, jul./dez.



2012. Disponível em <<http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v21n38/v21n38a08.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

GOEBEL, M. A.; MIURA, M. N. A Universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo-PR. **Expectativa**, Toledo, v. 3, p. 35-47, 2004. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/743/628>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse estatística da educação superior 2016**. Brasília: INEP, 2017. Disponível em <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 20 fev. 2018

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Trad. Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LOPES, R. P. M. **Universidade pública e desenvolvimento local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**. 2001. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2001. 150f. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17259>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

MATHIS, A. Instrumentos para o desenvolvimento sustentável regional. **ADCONTAR**. Revista do Centro de Estudos Administrativos e Contábeis. Belém, v. 2, n. 2, p. 19-30, 2001. Disponível em: <<http://www.gpa21.org/br/pdf/8Instrumentos.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

MIRANDA, M. R. F. A. **Investimentos públicos diretos em educação superior na Bahia: um estudo de caso sobre o Sistema Estadual de Educação Superior da Bahia**. 2013. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013. 229f.

MIDDLEJ, M. M. B. C.; FIALHO, N. H. Universidade e região. **Práxis Educacional**. Vitória da Conquista, n. 1, p. 171-189, nov. 2005. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/406/436>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MOTA JÚNIOR, A. M. **Política de financiamento para as universidades estaduais baianas: dimensões relevantes à compreensão das demandas por recursos públicos na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)**. 2017. Relatório Técnico (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017. 161f.

MUTIM, A. L. B. Educação ambiental e gestão de sociedades sustentáveis: análise da articulação de processos educativos formais e não formais como estratégia para a gestão do

desenvolvimento local sustentável. **Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 16, n. 28, p. 113-119, jul./dez., 2007.

OLIVEIRA, C. E. C. **Dimensão regional da universidade pública**: estratégias de expansão do ensino de graduação na Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs). 2014. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador, Salvador, 2014. 325f.

OLIVEIRA JÚNIOR, A. A universidade como polo de desenvolvimento local/regional. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE GEOGRAFIA, 1. 2014, Alfenas. **Anais...** Alfenas: Unifal, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/download/7581/6586>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

PENA JÚNIOR, M. A. G.; GRACIANO, C. G.; VÁLERY, F. D. Universidade e desenvolvimento local: reflexões sobre pró-atividade comunitária. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 25., 2005, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ABEPRO, 2005. Disponível em: <[http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGERP2005\\_Enegep0707\\_0298.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGERP2005_Enegep0707_0298.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2017.

SANTOS, A. M. F. Um projeto cultural para o portal do sertão: criação do ensino superior no interior baiano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: o ensino e a pesquisa em história da educação. 5., 2008, Aracaju. **Anais...** São Cristóvão: UFS; Aracaju: Unit, 2008. Disponível em: <[http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe\\_2008/pdf/981.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe_2008/pdf/981.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2017.

SANTOS, A. M. F. **Uma aventura universitária no sertão baiano**: da faculdade de educação à Universidade Estadual de Feira de Santana. 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. 347f. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/13027>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

SANTOS, J. R. R. **Universidade pública e desenvolvimento local**: a presença da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc) no bairro do Salobrinho em Ilhéus, Bahia, no período de 1991 a 2008. Ilhéus: Editus, 2013. Disponível em: <[http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2015/universidade\\_publica.pdf](http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais2015/universidade_publica.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2017.

SCHNEIDER, L. **Educação e desenvolvimento**: um estudo do impacto econômico da universidade federal no município de Santa Maria (RS). Santa Maria: UNIFRA, 2002.

SCHWARTZMAN, J. O financiamento do ensino superior no Brasil na década de 90. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Org.). **A educação superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2002. p. 179-204.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – UEFS. **Plano de Desenvolvimento Institucional–PDI**: 2011-2015. Feira de Santana: Uefs, 2013. 139 p.

Disponível em: <<http://www1.uefs.br/portal/assessorias/asplan/menus/pdi-uefs/pdi-2011-2015>>. Acesso em: 12 abr. 2017.